

Negros à espera

JORGE DA SILVA

Há pouco mais de um mês, a propósito da Conferência da ONU contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, falei, em artigo publicado no **Jornal do Brasil**, da naturalização do racismo no país, ou seja, do fato de a maioria da população aparentemente achar “natural” que negros e brancos ocupem posições sociais dadas *a priori*. Embora a escravidão tenha sido abolida há 113 anos, ainda há quem consiga ver nela a única explicação para este quadro. No citado artigo, falei da diferença de atitude entre o então presidente Ernesto Geisel, que se recusou a receber uma comissão do Movimento Negro de São Paulo, escudado no princípio universalista de que somos todos “brasileiros”, e o presidente Fernando Henrique Cardoso, que, ao assumir o governo em 1995, declarou publicamente haver racismo no Brasil e que ele iria enfrentar o problema. Sua idéia da “valorização da população negra” foi incorporada em 1996 ao Programa Nacional de Direitos Humanos e, além disso, no mesmo ano, o presidente criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a “promoção” da população negra. Tudo isto levou os militantes negros a imaginar que, dali por diante, o Brasil iria realmente adotar medidas contra a discriminação racial, com a introdução de “ações afirmativas”, a começar pelo próprio governo federal, como ele anunciava.

Chegamos ao ano 2001, o ano da conferência. Nos jornais lê-se: “Brasil leva à conferência propostas de *ação afirmativa* e de *quotas*”. Pergunto-me: o Brasil levou essas propostas para quem implantar? Para os outros? Na verdade, parece que estamos usando o mesmo estratagema de quando os ingleses impuseram a cessação do tráfico de escravos. De uma “lei para o inglês ver” chegamos ao “discurso para o inglês ver”.

Sem entrar no mérito dessas propostas, cumpre alertar para o fato de que um programa de “ação afirmativa” não se restringe à adoção das chamadas quotas. Pode mesmo ser implementado sem elas. Mais: nos Estados Unidos, as mesmas não foram “impostas” por lei, como se imagina, e sim adotadas por empresas e instituições de ensino como resultado de incentivo do poder público a ações “voluntárias” de emprego e educação. Limitar a questão ao tema das quotas, e ainda assim de forma equivocada, como tem sido a

tônica, em nada contribui para avançarmos como Nação. Uma “ação afirmativa”, como há quase sete anos se imaginou que o governo brasileiro iria implementar, há que ser direcionada a mecanismos teoricamente igualitários mas que, na raiz, têm o efeito de perpetuar a desigualdade. Por exemplo, a exclusão massiva da universidade pública, gratuita, daqueles que estudaram na escola pública, justificada por muitos como uma simples crítica à qualidade da “educação pública”. Outro exemplo: o critério exclusivo de mérito intelectual para formar os representantes diplomáticos do Brasil. Se formos esperar pela melhoria da “escola pública”, talvez tenhamos que esperar mais alguns séculos, sem a certeza de avançarmos.

Um programa de ação afirmativa inclui outras medidas simples, tais como: incentivos fiscais a empresas empenhadas em promover a igualdade; a abolição de requisitos que nada tenham a ver com as tarefas a serem desempenhadas, como, por exemplo, exigir alto grau de escolaridade de um candidato a salva-vidas; ou segundo grau de uma candidata a cozinheira em um órgão público. O poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis) é o maior contratador do país. Por que não dar preferência nas licitações (isto seria um dos requisitos dos editais, e não é nenhuma novidade) às empresas que demonstrassem que desenvolvem programas de promoção da igualdade racial, de gênero etc.

Voltando à Conferência contra o Racismo, é sintomático que as discussões tenham se concentrado, como parece, nos interesses geopolíticos das grandes potências e nos conflitos entre árabes e israelenses, por questões religiosas ou econômicas. Com isso, tanto os negros do Brasil quanto os dos Estados Unidos e outros países da diáspora africana terão que aguardar uma nova conferência para verem discutidos os seus pontos. Quanto aos negros do Brasil, parece que a estes resta esperar o resultado da “pesquisa de opinião” em que se empenha a mídia: sim ou não às quotas? Perguntam isso achando irrelevante saber a identidade racial/étnica de quem responde sim e de quem responde não?

“É sintomático que as discussões tenham se concentrado, como parece, nos interesses geopolíticos das grandes potências e nos conflitos entre árabes e israelenses, por questões religiosas ou econômicas”

Jorge da Silva é professor da Uerj, autor de “Política de Ação Afirmativa para a População Negra” (Unesp/Flacso, 2001) e “Direitos Civis e Relações Raciais no Brasil” (Luam, 1994) e é coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do Governo do Estado.